



DESIGUALDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL NA REGIÃO

Gustavo Glodes Blum¹

RESUMO

O tema da violência e da desigualdade marcam distintivamente a América Latina e o Caribe diante das outras regiões do mundo. Sendo uma região com altos índices de desigualdade econômica, também se marca como uma região com disparidade de habitação em contextos rurais e urbanos, em ocupação do solo, e também em taxas de homicídio. Assim, compreender elementos que ajudam a conformar uma visão a respeito da insegurança territorial na região torna-se um esforço necessário. Baseada num debate a respeito do conceito de desigualdade, esta pesquisa busca explorar indicadores de natureza econômica, mas também relativos à violência na região. Percebeu-se, ao final da pesquisa, que ambos os tipos de indicadores são relevantes para compreender a sensação de insegurança que se abate sobre a região.

Palavras-chave: Desigualdade, Violência, América Latina e Caribe, Insegurança, Território.

RESÚMEN

El temario de la violencia y de la desigualdad demarcan de manera distintiva a Latinoamérica y al Caribe relativamente a otras regiones del globo. Una región que cuenta con altos niveles de desigualdad económica, también es demarcada por una disparidad entre habitantes en los contextos rural y urbano, ocupación del suelo, y también en los índices de homicidio. Así, comprender elementos que ayudan a conformar una mirada respecto a la inseguridad territorial en la región se torna un esfuerzo necesario. Basada en un debate respecto a la noción de desigualdad, esta pesquisa busca presentar indicadores de naturaleza económica, pero también relativos a la violencia en la región. Fue posible percibir que ambos los indicadores son relevantes para comprender la sensación de inseguridad que se abate sobre la región.

Palabras-clave: Desigualdad, América Latina y el Caribe, Inseguridad, Território.

¹ Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-Geografia) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), g229684@dac.unicamp.br. O autor gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, provisoriamente intitulada “Violência estatal, (in)segurança territorial e estado de exceção na Argentina e no Brasil como experiência geopolítica recente (2000-2022)”.



INTRODUÇÃO

A temática da desigualdade vem, desde os anos 1950, se tornando uma das discussões centrais a respeito das decisões em termos de políticas públicas e de administração econômica no mundo. Diferentes tradições de pensamento têm refletido sobre o tema, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. No cerne da sua discussão, porém, está a compreensão dos processos de conformação da diferença dentro das sociedades, e seus efeitos para compreender a economia e a política (ANDERSON, 2015).

Diante de um mundo que vem se tornando cada vez mais desigual (UNRISD, 2018) e dos efeitos de uma pandemia global avassaladora em diferentes regiões do globo, faz-se necessário verificar se a discussão pode contribuir para compreender os rumos das sociedades latino-americanas e caribenhas. Região que tem se confrontado com as dificuldades econômicas de uma possível nova “década perdida”, a América Latina e o Caribe (ALC) somam, a este cenário econômico, altos índices de violência que assumem diferentes formas na região. Recentemente, a atuação das forças de segurança dos países da região, embasada em uma determinada representação de seus países como cada vez mais inseguros, têm justificado uma série de ações de uso da violência e aplicação da exceção.

É dentro deste contexto que se pretende, neste trabalho, fazer uma breve revisão teórica a respeito de duas características que vão de mãos dadas na questão da segurança na região: as desigualdades econômicas e sociais na ALC, e sua influência nas diferentes lógicas de uso da violência de forma não-estatal na região. Para tal, este trabalho faz, inicialmente, uma revisão a respeito do conceito de desigualdade com base na obra de Tim Anderson (2015), para posteriormente explorar dados relativos tanto a indicadores socioeconômicos de desigualdade na região, como compreender que tipo de violência se manifesta na ALC. Espera-se, assim, contribuir para compreender os grandes desafios que, neste momento de transformação global, defrontam-se com as sociedades da região.

PERSPECTIVAS A RESPEITO DA DESIGUALDADE: APROPRIAÇÕES DO CONCEITO

No ano de 2018, o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (UNRISD, na sigla em inglês) realizou uma conferência internacional intitulada “Superando as Desigualdades num Mundo



Fraturado: Entre o poder das elites e a mobilização social”. De acordo com o instituto, o evento foi realizado em razão de processos globais que ocorriam na época, e os desafios aceitos por países ao redor do mundo em torno da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável:

As desigualdades são um dos maiores desafios atuais, obstaculizando a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Tais disparidades são catalisadas pela captura do poder econômico e político por parte das elites, um processo que se reforça e compõe a desigualdade, a qual – em suas diferentes dimensões – corrói a sustentabilidade social, ambiental e econômica, e alimenta a pobreza, a insegurança, o crime e a xenofobia. (UNRISD, 2018, s/p.)

De acordo com o UNRISD, o aumento da desigualdade dentro e entre diferentes sociedades promove o aumento de abismos sociais, compostos por diferentes processos: instituições são cooptadas ou desempoderadas, deixando de realizar seu potencial de realizar o bem social; visões a respeito da justiça social e de equidade enquanto horizonte político comum são escanteadas. “Como resultado”, afirma o UNRISD, as sociedades “est[ão] se fraturando de formas que estão se tornando mais e mais tangíveis, com um crescente afastamento entre os privilegiados e o resto, rearranjando de forma dramática tanto as macroestruturas quanto os modos de vida local” (UNRISD, 2018, s/p.).

Em que pese fenômenos como a pandemia de COVID-19 tenham recentrado a questão da desigualdade entre sociedades ao redor do mundo e dentro das mesmas, no caso da América Latina e do Caribe a questão da desigualdade parece ser uma questão estrutural de fundamental importância. Diferentes dimensões desta desigualdade costumam aparecer ao caracterizar países da região, quando não a situação da ALC como um todo: o nível de urbanização da região é o mais alto do mundo (UNData, 2021), constituindo um desbalanceamento relevante para compreender as relações entre o rural e o urbano; a desigualdade de renda marca as sociedades latino-americanas e caribenhas; e, as recentes opções políticas por parte dos Estados da região parecem ter um papel fundamental no aprofundamento desta realidade.

Estas diferentes possibilidades de instrumentalização da noção de desigualdade fazem com que, no debate público, este termo seja utilizado de forma polissêmica, ou seja, a partir de diferentes pressupostos e com variadas consequências. Desta forma, para utilizar-se deste conceito enquanto um conceito analítico preciso, faz-se necessário dá-lo o recorte contingente necessário em relação tanto aos seu conteúdo, quanto com relação às consequências para a análise que pode trazer (FOUREZ, 1995).



De acordo com Tim Anderson (2015), a própria variabilidade da concepção de desigualdade advém de um processo histórico de construção desta ideia em razão da sua capacidade transformativa da sociedade. Em um estudo a respeito das diferentes gerações de estudos a respeito deste tema – um campo relativamente recente, iniciado apenas no pós-Segunda Guerra Mundial de maneira sistemática –, Anderson aponta para a relevância dada, em determinados momentos históricos, às explicações dadas para o fenômeno da desigualdade nas sociedades ao redor do mundo. É importante apontar, como indica o autor, que menos que gerações estanques e que se superam, em realidade trata-se de tradições acadêmicas de análise, que podem coexistir e, inclusive, entrecruzar-se em diferentes oportunidades.

A primeira aproximação realizada com relação ao tema da desigualdade, para Anderson (2015), foi aquela que se dedicou à construção de argumentos econômicos que explicam a disparidade das capacidades de atuação de diferentes grupos e indivíduos numa mesma sociedade a partir de argumentos econômicos. Segundo esta linha de pensamento, é a renda individual ou coletiva que define a desigualdade, ao mesmo tempo em que a renda é aquilo que a limita. Isto significa dizer que a atuação dos agentes governamentais em torno do tema deveria se dedicar a compreender os mecanismos pelos quais seria possível aumentar a renda das diferentes comunidades e dos indivíduos, de forma a criar condições institucionais para a diminuição da desigualdade econômica.

O desenvolvimento destas práticas, e certas críticas à visão que se restringe ao valor absoluto da renda recebida por um indivíduo ou um grupo, deram fundamento para a segunda tradição de pensamento a respeito da desigualdade, segundo Anderson (2015). Para esta tradição de análise do tema da desigualdade, os problemas da desigualdade se definem por direitos efetivos dos indivíduos ou coletividades, e não apenas pelo seu acesso a recursos econômicos. A justiça social, portanto, aparece como um dos eixos privilegiados de atuação, uma vez que a concepção de pobreza não se relaciona apenas ao acesso nominal ou absoluto a uma quantidade específica de dinheiro, dependendo do contexto no qual estes atores se encontrem. Assim, estas explicações apontam para a ideia de pobreza dinâmica e a necessidade de pensar o desenvolvimento humano, já que a desigualdade está vinculada à pobreza, mas os direitos individuais efetivos importam para a diminuição dos níveis de desigualdade.



Esta reflexão mais estrutural, contextualizada histórica e geograficamente, estabeleceu alguns parâmetros que passaram a ser levados em conta na pesquisa e discussão a respeito da desigualdade. Levar em conta não apenas o acesso a recursos econômicos, que podem não ser suficientes para reduzir desigualdades, assim como pensar os direitos individuais, levou à necessidade de pensar as práticas sociais a eles relacionados, demandando reflexões a partir de como as sociedades criam seus padrões de comportamento coletivo e levantando a questão da justiça social.

Neste tipo de reflexão a respeito do tema da desigualdade, o conflito é o que define o problema, sendo que a construção de um “consentimento” a respeito da redução da desigualdade pode mitigá-lo. Para Anderson (2015), a ênfase deste tipo de reflexão recai em soluções que são imaginadas pelos propositores de políticas públicas de forma a evitar o conflito, já que são os acordos sociais e/ou a justiça social idealizada que importam para esta linha de reflexão a respeito da desigualdade.

Ainda assim, esta reflexão pode encontrar dificuldades para ser realizada em razão do contraste entre a forma como estas soluções são idealizadas e a realidade no terreno onde estas políticas públicas são aplicadas. Os direitos nominais que podem ser adquiridos por indivíduos ou coletividades dentro de uma sociedade podem não se traduzir em instrumentos efetivos para a redução da desigualdade, uma vez que o acesso destes atores envolvidos, a “entrega” desta igualdade pode não ocorrer por práticas não-intencionais ou deliberadas de redução do acesso a estes direitos.

Assim, segundo Anderson (2015), a desigualdade passou também a ser questionada a partir da ideia de envolvimento direto, no qual a participação equitativa é socialmente necessária para a redução dos níveis da desigualdade ao redor do mundo. Ela é um problema básico e constitutivo das sociedades, segundo esta perspectiva, mas pode ser exacerbada em razão de diferentes práticas de exclusão social que impedem uma participação mais ativa dos indivíduos, reduzindo o número de atores sociais que podem influenciar o desenvolvimento de políticas públicas ou que podem fazer valer seus interesses no escopo da ação estatal. Neste tipo de perspectiva, a exclusão social obstrui a autodeterminação individual e social, impedindo que haja uma liberdade maior de definição da vida individual e coletiva para aqueles e aquelas que são excluídos dos processos decisórios na sociedade.

O quadro abaixo (Quadro 1) remonta as principais características de cada linha de reflexão a respeito da desigualdade, indicando quais são as explicações que



apresentam, os fatores que limitam a participação social e as lógicas fundamentais de superação da desigualdade:

Quadro 1. Teorias explicativas da desigualdade, seus fatores limitantes e lógicas fundamentais segundo Anderson (2015)		
<i>Explicações da desigualdade</i>	<i>Fatores limitantes</i>	<i>Lógicas fundamentais</i>
Argumentos econômicos	A desigualdade é definida pela renda, e limitada por esta	O aumento da renda importa
Explicações em torno da pobreza dinâmica e do desenvolvimento humano	Os problemas de desigualdade se definem por direitos efetivos e/ou pela justiça social	A desigualdade está vinculada à pobreza; os direitos individuais efetivos importam
Teorias sobre o contrato social e a justiça social	O conflito define o problema, o “consentimento” pode mitigá-lo, as relações idealizadas o evitam	Os acordos sociais hipotéticos e/ou a justiça social idealizada importam
Explicações com base na integridade social	Envolvimento direto; a participação equitativa é socialmente necessária	A desigualdade é um problema básico; a exclusão social obstrui a autodeterminação individual e social

Fonte: Anderson (2015).

Para cada linha de interpretação a respeito da questão da desigualdade é possível encontrar eco na realidade latino-americana e caribenha. A compreensão da realidade das sociedades da região, e das opções políticas por parte de seus Estados, permite perceber que estes elementos, diferentemente de outras regiões do mundo, se entrecruzam e retroalimentam na ALC, abrindo diferentes frentes possíveis para realizar a análise. É a essa caracterização da região, com base nestes pressupostos analíticos, o tema ao qual se dedicará a próxima seção deste trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE COMO REGIÃO DE DIFERENTES DESIGUALDADES: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS RELEVANTES

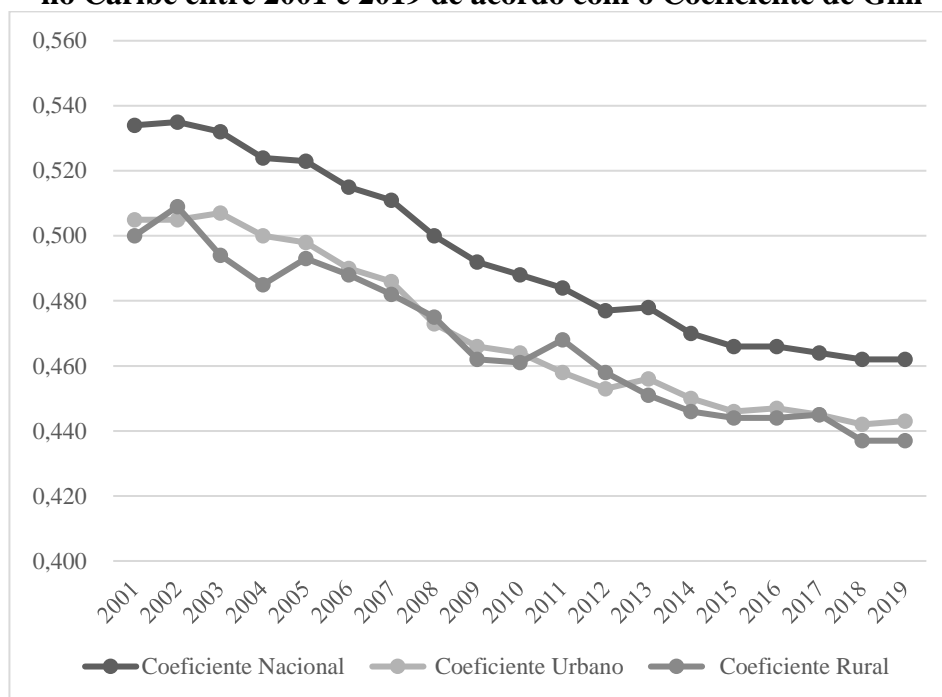
Tanto para analistas quanto para diferentes instituições, “a América Latina e o Caribe [constituem] a região que apresenta os índices mais altos de desigualdade na distribuição de renda e de disparidades territoriais dentro e entre os países da região”, sendo possível considerar que estas diferenças e discrepâncias em indicadores socioeconômicos podem ser consideradas “uma mostra das desigualdades econômicas e sociais” que marcam estas sociedades (LLUNGO ORTÍZ, 2018, p. 16). As disparidades em renda e outros tipos de acesso podem ser interpretadas como resultado dos diversos



níveis de disparidade de realidades territoriais tanto dentro da ALC quanto dentro das sociedades nacionais dos Estados que a compõem.

Neste sentido, uma primeira aproximação possível para compreender a realidade da região seria analisar os dados relativos à concentração de renda e aos níveis de pobreza, tema que ocupou muito da pauta de políticas públicas na região nas primeiras décadas do século XXI. Para tal, se tornam importantes para compreender a realidade da região a evolução do Coeficiente de Gini, índice utilizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para analisar a concentração de renda na região.

Gráfico 1. Evolução da concentração de renda na América Latina e no Caribe entre 2001 e 2019 de acordo com o Coeficiente de Gini



Fonte: Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2021.

A tendência que se percebe importa em diferentes aspectos. De fato, é possível verificar que as políticas de redução da desigualdade de renda na região desde o início do século tiveram um papel fundamental na redução da concentração de renda na região desde 2001: partindo-se de um índice médio nacional de 0,534 naquele ano, passou-se, na região, a um total médio nacional de 0,462. Considerando-se a média dos valores nacionais de concentração de renda, verifica-se uma redução em 13,4% do Coeficiente de Gini de acordo com a CEPAL nos 18 anos analisados. É importante notar, porém,



que os períodos de maiores quedas estão bem demarcados, encontrando-se as maiores quedas nos anos de 2004, 2006, 2008 (com a maior queda, de 2,2%), 2009 e 2014. A partir de 2015, coincidindo com a crise dos valores das commodities exportadas pela região, as diminuições no nível de concentração de renda têm diminuído, chegando a não se alterar entre 2015 e 2016, e entre 2018 e 2019.

Este movimento que se observa regionalmente deve ser considerado, também, enquanto um retrato mais geral, e que deve ser comparado com as realidades nacionais. Para as finalidades deste artigo – discutir a sensação de insegurança na região – torna-se relevante entender algumas realidades nacionais. A tabela abaixo indica os níveis do Coeficiente de Gini para o ano de 2019 em 18 países estudados pela CEPAL, assim como a média simples da realidade da América Latina e do Caribe.

**Tabela 1. Coeficiente de Gini nacional, urbano e rural (2019)
para a América Latina e Caribe (18 países)**

<i>País/Região</i>	<i>Média nacional</i>	<i>Média urbana</i>	<i>Média rural</i>
Argentina	s/d	0,400	s/d
Bolívia (Estado Plurinacional de)	0,430	0,393	0,462
Brasil	0,538	0,530	0,491
Chile	s/d	s/d	s/d
Colômbia	0,529	0,510	0,462
Costa Rica	0,495	0,486	0,459
Ecuador	0,456	0,441	0,420
El Salvador	0,406	0,390	0,357
Guatemala	s/d	s/d	s/d
Honduras	0,494	0,438	0,460
México	s/d	s/d	s/d
Nicarágua	s/d	s/d	s/d
Panamá	0,506	0,465	0,515
Paraguay	0,473	0,436	0,485
Peru	0,429	0,395	0,398
República Dominicana	0,432	0,437	0,373
Uruguay	0,392	0,394	0,324
Venezuela (República Bolivariana de)	s/d	s/d	s/d
América Latina (Média simples)	0,462	0,443	0,437

Fonte: Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2021.

A tabela acima revela algumas questões importantes para compreender a realidade da América Latina e do Caribe. Em primeiro lugar, cabe indicar que a série



histórica utilizada pela CEPAL não se encontra completa, sendo que para o ano de 2019 faltam dados a respeito da média nacional e de áreas rurais para seis países (Argentina, Chile, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela), sendo que nos dados relativos ao coeficiente de concentração de renda para áreas urbanas cinco países não estão representados (Chile, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela).

Diante do quadro apresentado pela CEPAL, algumas considerações são possíveis de serem feitas a respeito da concentração de renda na região. Em que pese a tendência anteriormente abordada, de gradual diminuição da concentração de renda na América Latina e no Caribe, algumas realidades nacionais apontam para questões importantes na compreensão da realidade regional. O Brasil é o país que apresenta os maiores índices de concentração de renda na média nacional e na média urbana (com coeficientes de 0,538 e 0,5309, respectivamente), enquanto o país que apresenta a maior desigualdade na concentração de renda na área rural é o Panamá, com coeficiente de 0,515.

Dos países que têm dados disponíveis de acordo com a CEPAL, seis têm uma média nacional de concentração de renda menos que a média latino-americana e caribenha: Uruguai, El Salvador, Peru, Bolívia, República Dominicana e Equador. Outros seis têm uma média superior àquela da região como um todo, sendo que os maiores níveis, acima de 0,500, são registrados no Panamá, na Colômbia e no Brasil.

Ainda que esteja entre os países que têm coeficiente menor que a média regional em nível nacional, a Bolívia aparece entre aqueles com média superior à tendência latino-americana e caribenha com relação à concentração de renda em áreas rurais, já que apenas os outros cinco países citados estão abaixo da média. A Bolívia, assim, junta-se à Costa Rica, às Honduras, à Colômbia, ao Paraguai, ao Brasil e ao Panamá dentre os países com dados disponíveis como aqueles que têm os maiores níveis de concentração de renda nas áreas rurais.

Ainda assim, a Bolívia é um dos países com menor concentração de renda nas áreas urbanas, junto a El Salvador, Uruguai, Peru, Argentina, Paraguai, República Dominicana, Honduras e Equador. Este nível de concentração é o único em que a maioria dos países estudados está abaixo da média latino-americana e caribenha, sendo que os países que registram os maiores níveis de concentração de renda em áreas urbanas são, em ordem crescente, o Panamá, a Costa Rica, a Colômbia e o Brasil.



Esta caracterização é importante para compreender não apenas o tema do acesso à renda, mas também as potenciais relações territoriais que demarcam a realidade destes países. Sendo as relações políticas demarcadas pela diferenciação entre indivíduos e comunidades (BOBBIO, 1987), é possível compreender as consequências políticas da atuação de elites agrárias e urbanas na definição do funcionamento das sociedades nacionais da América Latina e do Caribe, e principalmente nas opções políticas adotadas pelos Estados da região com relação à sua formulação e execução de políticas públicas internas e externas, tema que demarca a história da região (MONIZ BANDEIRA, 2010).

O apartamento da participação política em razão da condição econômica das populações da América Latina e do Caribe pode ser observada, também, nos níveis de pobreza da região. Ainda que este indicador possa ser criticado em razão das variáveis incluídas, trata-se de questão relevante para compreender os processos econômicos, sociais e políticos da região, inclusive diante dos efeitos devastadores da pandemia de COVID-19 atualmente. A CEPAL não disponibiliza dados a respeito dos últimos dois anos, sendo que sua análise vai até 2019 devido às práticas de consolidação de dados. Ainda assim, pode-se interpretar algumas dinâmicas no entorno desta questão, exacerbada em razão da pandemia.

Um contraste possível é a comparação entre a realidade do início do século XXI com realidades mais recentes da região no tocante aos níveis de pobreza e de pobreza extrema. De acordo com a CEPAL, em 2002 o nível médio de pobreza nacional na região era de 45,2%, ou seja, quase metade da população naquele período se encontrava em situação de pobreza. A situação era mais crítica na área rural, na qual mais da metade da população se encontrava em situação de pobreza (62,8%), e menor que a média nacional nas áreas urbanas, ainda que em um nível muito alto (40,3%). Dez anos depois, em 2012, os níveis estavam bem abaixo destes valores anteriormente indicados: havia uma média nacional na região de 28,7% da população em níveis de pobreza, sendo que essa era a realidade de 23,6% da população urbana, e de 48% da população rural. Esta tendência avançou mais recentemente, sendo que os dados disponíveis, a partir de 2016, demonstram uma estabilidade resiliente dos níveis de pobreza nacional, urbana e rural, como é possível observar na tabela abaixo:



Tabela 2. Evolução da média regional de níveis de pobreza na América Latina e no Caribe (2016-2019)

Região	Nível de pobreza		
	<i>Média nacional</i>	<i>Média da área urbana</i>	<i>Média da área rural</i>
<i>América Latina e Caribe</i>			
2016	29,9	26,0	46,2
2017	29,8	26,0	46,0
2018	29,8	26,1	45,3
2019	30,5	26,9	45,7

Fonte: CEPALSTAT, 2021.

Para o ano de 2019, a maioria dos países estudados pela CEPAL apresentavam indicadores abaixo da média regional de níveis nacionais de pobreza. Em termos gerais, apenas a Bolívia, a Colômbia e Honduras apresentavam níveis nacionais de pobreza acima da média latino-americana e caribenha de 30,5% - respectivamente, 31,1%, 31,7% e 52,3%. Contrastando-se a realidade urbana com a rural nestes países, observa-se que, em 2019, que é possível verificar-se a mesma tendência, uma vez que apenas a Argentina, com 27,2% da população urbana em situação de pobreza, a Colômbia, com 27,5%, e Honduras, com 36,8%, apresentavam uma média nacional de pobreza urbana maior que o nível regional, de 26,9%.

A situação em ambientes rurais, porém, aponta para uma grande diferença para com a realidade urbana: para além do Uruguai, com 2,4% da população rural em situação de pobreza, todos os países da região apresentam níveis maiores que 20%, sendo que El Salvador, Bolívia, Colômbia e Honduras apresentam níveis maiores que 40%, chegando a 70,9% neste último caso. A CEPAL não tem dados a respeito da situação de pobreza para os casos do Chile, da Guatemala, do México, da Nicarágua e da Venezuela, e os dados relativos à situação de todos os países no ano de 2019 podem ser observados na Tabela 3:

Tabela 3. Níveis de pobreza na América Latina e no Caribe em 2019, de acordo com área geográfica

País ou região	Nível de pobreza		
	<i>Média nacional</i>	<i>Média da área urbana</i>	<i>Média da área rural</i>
América Latina e Caribe (média regional)	30,5	26,9	45,7
Argentina	s/d	27,2	s/d
Bolívia (Estado Plurinacional de)	31,1	24,6	46,2
Brasil	19,2	17,2	32,0
Chile	s/d	s/d	s/d



Colômbia	31,7	27,5	46,2
Costa Rica	16,5	14,5	21,7
Ecuador	25,7	21,2	35,4
El Salvador	30,4	22,7	42,8
Guatemala	s/d	s/d	s/d
Honduras	52,3	36,8	70,9
México	s/d	s/d	s/d
Nicarágua	s/d	s/d	s/d
Panamá	14,6	7,3	31,3
Paraguai	19,4	12,0	31,6
Peru	15,4	11,0	31,4
República Dominicana	20,3	19,7	22,9
Uruguai	3,0	3,0	2,4
Venezuela (República Bolivariana de)	s/d	s/d	s/d

Fonte: CEPALSTAT, 2021.

Se os níveis de pobreza apresentam um cenário ligado à questão da renda, é possível considerar que este índice (que poderia ser complementado com aquele relativo à pobreza extrema) apresenta apenas uma das desigualdades estruturais da América Latina e do Caribe. O acesso à renda, em sociedades fortemente mediatizadas pelo dinheiro como tradutor de acesso a níveis mais altos de qualidade de vida, constitui apenas um dos elementos relevantes para compreender a situação de desigualdade das sociedades latino-americanas e caribenhas. Estas desigualdades podem se encontrar em níveis diferenciados, que não dependem apenas da renda, mas que acabam sendo mediatizadas por ela.

É por este motivo que, para compreender a região, a compreensão da desigualdade deve ir para além dos níveis de renda, ou de falta dela. Em seu Informe Regional de Desenvolvimento Humano 2021 para a América Latina e o Caribe, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que

Se há também outros fatores que estão por trás da armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento [econômico] da região, este relatório se concentra em três que são críticos: a concentração de poder; a violência em todas as suas formas, política, criminal e social; e os elementos de organização do sistema de proteção social e dos marcos regulatórios dos mercados de trabalho que introduzem distorções na economia. As percepções sobre a desigualdade e a justiça também têm um papel fundamental porque contribuem para modelar as posturas políticas das pessoas frente a diferentes medidas de política e podem ser cruciais para respaldar reformas desejáveis. Afinal, claro, as formas pelas quais interagem os diferentes fatores estão determinadas pela (in)efetividade da governança em cada contexto. (PNUD, 2021, p. 2)



A situação apresentada pelo PNUD diz respeito à compreensão de que a desigualdade, como um todo, deve ser encarada de forma multidimensional. O Programa adota uma perspectiva que, dentro da tipologia apresentada anteriormente com base no trabalho de Tim Anderson (2015), explica a desigualdade tendo como vinculação central a pobreza, mas apontando que os problemas da desigualdade se definem pelos acessos a direitos efetivos e pela promoção da justiça social, como debatido anteriormente.

Para compreender a América Latina e o Caribe, é esta a proposta do PNUD: compreender a multidimensionalidade da desigualdade, tendo como base indicadores como “as diferenças entre renda ou riqueza”, “diferenças de gênero, etnia ou raça, localização geográfica, vulnerabilidade às mudanças climáticas, orientação sexual ou identidade de gênero” e “desigualdades no acesso a uma variedade de bens e serviços públicos e as desigualdades de voz e de agência social” (PNUD, 2021, p. 3). Em razão do debate prévio realizado em relação à concentração de renda e níveis de pobreza na ALC, neste debate o enfoque se dará no entorno destas outras desigualdades elencadas pelo PNUD.

Para o PNUD, as desigualdades de gênero têm impactos que trazem questões relevantes à baila: as sociedades latino-americanas e caribenhas continuando tendo uma marcada diferença de trabalho não-remunerado de acordo com os diferentes gêneros, assim como a discriminação por gênero ou orientação sexual continuam impactando na possibilidade de atuação de diferentes segmentos da população (PNUD, 2021). Esta possibilidade se encontra sobretudo numa das áreas que mais escancararam, durante a pandemia de COVID-19, as diferenças com relação ao acesso à educação e às ferramentas de facilitação da aprendizagem durante este período, já que

As múltiplas crises da pandemia de COVID-19 pesaram mais sobre os que já se encontravam deixados para trás, exacerbando ainda mais as desigualdades ao longo de 2020 e 2021. Isto assumiu diferentes formas, que vão desde o impactos desiguais sobre a renda dos lares até uma incidência cada vez maior de violência doméstica. Os impactos desiguais da pandemia sobre os estudantes são um dos mais preocupantes com relação às tendências de desigualdade em longo prazo. As mudanças em direção a métodos remotos de ensino e aprendizagem estiveram marcados pelas disparidades pré-existentes no acesso a ferramentas tecnológicas e acadêmicas no lar, assim como pelas disparidades no apoio à aprendizagem por parte das mães e dos pais, incluídas as disparidades em seus níveis educativos. Antes da pandemia de COVID-19, a América Latina (...) já era a região com menor mobilidade educativa intergeracional. (PNUD, 2021, p. 5)



Os impactos da pandemia na possibilidade de ter acesso à educação, assim como a disparidade na manutenção dos estudos de acordo com o pertencimento a redes de educação privada ou pública na América Latina e no Caribe, estão, de fato, eivadas de características geográficas relevantes e que permite compreender padrões relevantes de desigualdade na região para além da renda. Não apenas o acesso a diferentes formas tecnológicas teve um papel relevantíssimo para este fenômeno na região, mas “o nível de escolaridade das pessoas adultas na América Latina segue sendo fortemente determinado pelo nível de escolaridade das mães e dos pais”, fazendo com que o PNUD considere que seja “possível que o COVID-19 reforce ainda mais este padrão” (PNUD, 2021, p. 5).

Um dos principais problemas gerados pela extensão dos níveis de desigualdade na América Latina e no Caribe, ainda de acordo com o PNUD, é a percepção da população com relação ao tema da desigualdade. O posicionamento individual e coletivo das sociedades latino-americanas e caribenhas a respeito da desigualdade torna-se importante inclusive para compreender as escolhas políticas recentes adotadas por estas mesmas sociedades na região. Afinal de contas, “as percepções das pessoas sobre a desigualdade moldam tanto suas posturas políticas (e, portanto, seu respaldo a diferentes enfoques políticos), assim como suas aspirações (e, portanto, seu esforço por alcançá-las” (PNUD, 2021, p. 7). Há um alto nível de descrença na própria organização da sociedade, que, por muitos, é reconhecida não apenas como desiguais, mas também como injustas.

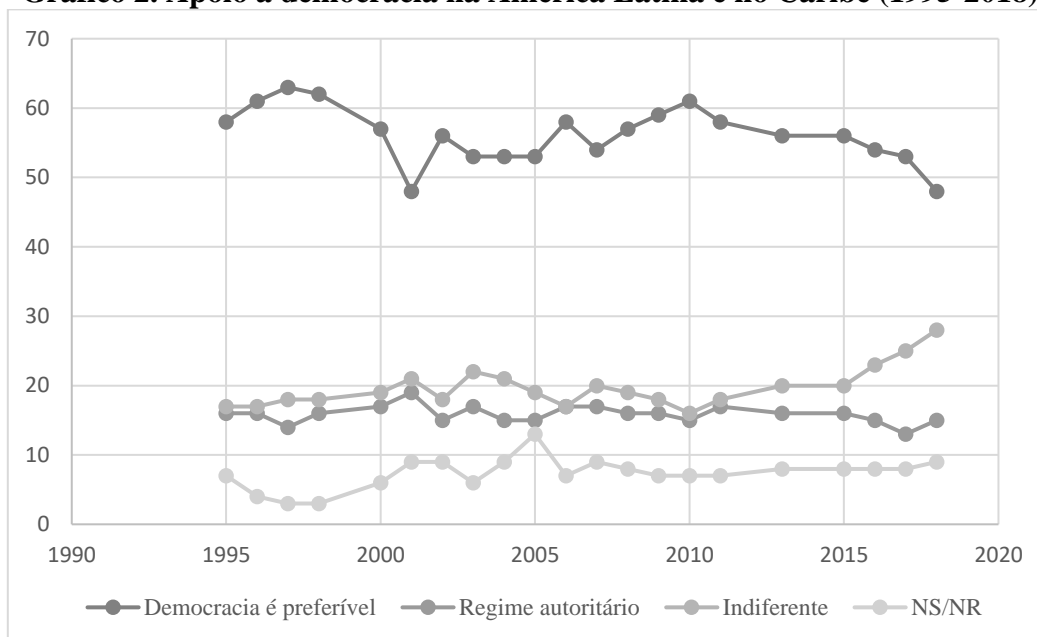
Este elemento parece ser importante para compreender o apoio que se dá, na América Latina e no Caribe, às propostas de atuação de formas de governo não-democráticas. Estudos do Latinobarómetro demonstram que muito do apoio da população latino-americana e caribenha a regimes democráticos depende do bom funcionamento do modelo econômico adotado em determinado período histórico, sendo que ao residual apoio que sempre existirá a regimes autoritários, sobretudo os índices de indiferença com relação ao tipo de regime político adotado no país têm se elevado grandemente na região, como pode ser percebido no gráfico abaixo:²

² O gráfico demonstra a evolução das respostas dadas, nos 18 países estudados pelo Latinobarómetro, à pergunta: “Com qual das seguintes frases você está de acordo?: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático. Para nós, dá o mesmo um regime democrático que um não-democrático.” Os dados relativos a NS/NR se referem às pessoas que não souberam ou não responderam à pesquisa.



Uma das tendências importantes a serem observadas na evolução apresentada a respeito do apoio a regimes democráticos ou autoritários é, justamente, o fato de que ele é mediatizado pelo sucesso ou insucesso de modelos de crescimento econômico. Sobretudo no período recente, marcado pela transformação da economia e do próprio Estado na ALC em razão da especialização da região em exportar *commodities*, tema que será abordado posteriormente.

Gráfico 2. Apoio à democracia na América Latina e no Caribe (1995-2018)



Fonte: Latinobarómetro, 2018.

É possível perceber, no gráfico acima, que já a partir do início da década de 2010, ainda que haja uma estabilidade no nível de apoio a regimes não-democráticos na região, há um conjunto perigoso que une uma queda no apoio restrito a governos democráticos a um aumento da indiferença com relação ao regime político. Para a plataforma V-Dem, referência na reunião de dados a respeito de democracias liberais e processos de formação de regimes autoritários, a América Latina está entre uma das regiões que representou um “declínio global durante os últimos 10 anos”, que é “acelerado e continua em 2020, especialmente nas regiões da Ásia-Pacífico, da Ásia Central, da Europa Oriental, e da América Latina” (V-DEM, 2021, p. 6). No sentido das discussões a respeito da desigualdade, este nível de degradação tanto na confiança como nas institucionalidades democráticas da região apresenta um problema grave, que se



soma à “armadilha” indicada pelo PNUD anteriormente que conjuga altos níveis de desigualdade material e social com baixo crescimento econômico.

A partir das reflexões de Tim Anderson (2015) a respeito das diferentes perspectivas sobre esse problema, pode-se considerar que, em sociedades fraturadas como podem ser interpretadas as latino-americanas e caribenhas, a possibilidade de encontrar um “consentimento” a respeito da forma de resolver as questões sociais se torna cada vez mais difícil. Assim, abordagens que apresentam respostas à desigualdade a partir de propostas de revisão de contratos sociais e práticas de justiça social podem ter dificuldades de encontrar respaldo ou na sociedade, ou nas instituições, que podem ser alvo de propostas de alteração que inclusive podem magnificar esta situação.

É neste sentido que parece relevante debater as diferentes formas de ocorrência da violência na América Latina e no Caribe para compreender a situação real deste tema na região. É este o objetivo da seção a seguir.

AS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE COMO FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Um dos fenômenos mais importantes para compreender a realidade social da América Latina e do Caribe são os altos níveis de incidência das diferentes formas de violência que têm lugar na região. Em diferentes análises, a questão da violência aparece como um elemento relevante para compreender as sociedades latino-americanas, sobretudo em razão das suas consequências para diferentes grupos populacionais. Trata-se de um tema de caráter não-econômico que aparece como um dos mais relevantes para compreender a desigualdade e suas facetas na América Latina e no Caribe.

Por um lado, a América Latina e o Caribe têm níveis importantes a serem considerados com relação ao tema da violência não-estatal. Repetidamente, a região aparece – seja enquanto parte do continente americano, seja enquanto região específica – repetidamente como uma das mais violentas do mundo, superando, inclusive, regiões que contam com conflitos armados estatais deflagrados.

É esta a percepção, por exemplo, do Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime (*UNODC*, na sigla em inglês), que situa a região das Américas como um todo como destaque na questão da violência homicida. Em seu *Estudo Global sobre o Homicídio* mais recente, lançado no ano de 2019, o UNODC



indica que o continente americano registrou “37% do total global” de homicídios “numa região que representa apenas 13% da população mundial” (UNODC, 2019, p. 13), com uma taxa de 17,2 vítimas por 100.000 habitantes. Da mesma forma, o UNODC aponta para as diferentes manifestações da violência na região, já que há uma taxa 3,6 vezes maior de assassinato de homens que de mulheres nas Américas, embora aqueles tendencialmente sejam assassinados em razão do uso de armas de fogo, e estas sejam sujeitas à violência doméstica como causa fundamental de seus assassinatos (UNODC, 2019).

Por outro lado, a questão da violência afeta, também, a atuação política dos Estados da região. A tomada de decisão em políticas públicas por parte dos países latino-americanos e caribenhos, sobretudo com relação à violência organizada não-estatal, acaba por criar as condições em que as diferenças entre os Estados acabem se exacerbando, numa região que já é conhecida pela falta de integração de interesses entre seus Estados constituintes. Vitor De Pieri (2014), ao analisar a realidade da América do Sul, por exemplo, afirma que

As fragilidades geradas pela não resolução de determinados contenciosos interestatais latentes e a expansão dos conflitos domésticos, especialmente aqueles que ultrapassam as fronteiras nacionais e transbordam em nível subcontinental, surgem como um desafio, do ponto de vista político e territorial à integração e à segurança sul-americana, permitindo trazer à luz a questão sobre os obstáculos existentes à integração regional. (PIERI, 2014, p. 47)

Pode-se afirmar, portanto, que a questão da violência na América Latina e no Caribe, se não é estrutural, ao menos percorre diferentes escalas, se tornando um elemento relevante para pensar-se as relações de poder e as escalas enquanto âmbitos de disputa. Compreender o fenômeno da violência na região, portanto, pode ser uma tarefa complexa que demanda a consideração de diferentes aspectos.

Ao analisar a questão, Angelika Rettberg (2020) aponta para a necessidade de perceber os principais questionamentos a respeito do fenômeno da violência na região. Para a autora, ao refletir sobre esta questão, algumas perguntas devem ser levadas em conta: (a) quais são as principais manifestações da violência na região; (b) quais são as suas causas; (c) quais impactos estas manifestações acarretam em diferentes grupos sociais, nas economias dos países envolvidos, na convivência entre os cidadãos e nas instituições; e, (d) como incidem sobre a violência elementos da América Latina como a cultura, as políticas públicas e os mercados lícitos e ilícitos. Estes elementos, para



Rettberg, permitiriam compreender “como se vê e como se vive a violência na América Latina hoje” (RETTBERG, 2020, p. 3).

A existência e a vivência da violência na América Latina permitiriam compreender, portanto, algumas bases da integridade social, elemento representativo para pensar a exclusão social como elemento a ser considerado na análise das diferentes desigualdades (ANDERSON, 2015). Os efeitos da violência tornam-se um problema básico para compreender a realidade de diferentes grupos sociais dentro das sociedades da região, uma vez que as consequências psíquicas, físicas ou sociais causadas pela violência podem obstruir a autodeterminação individual e social dos membros destas mesmas sociedades. Por isso, faz-se necessário compreender como ela se manifesta na região, para então compreender os seus efeitos nas sociedades latino-americanas e caribenhas.

Rettberg (2020) aponta para quatro tipos de manifestação da violência na América Latina, que seriam: (a) os conflitos armados entre grupos paramilitares e agentes de governos nacionais; (b) as guerras entre cartéis de drogas ilícitas; (c) as manifestações do crime organizado e da violência organizadas em expansão na região; e, (d) a criminalidade comum, a violência sexual, a violência intrafamiliar, as associações criminosas, os desaparecimentos, a justiça pelas próprias mãos, a repressão de ativistas dos Direitos Humanos e os conflitos ambientais.

Dado o objetivo central da pesquisa aqui apresentada – chamar a atenção para a questão da desigualdade na América Latina e no Caribe, assim como sua influência nas diferentes lógicas de uso da violência de forma não-estatal na região –, far-se-á uma breve revisão a respeito da realidade de cada uma destas manifestações, de forma a perceber os elementos de desigualdade que estão presentes em cada um deles.

A presença de conflitos militares ou com a participação de grupos paramilitares na região não é recente. Após o período de guerras civis e interestatais entre o início do século XIX e a primeira metade do século XX (MONIZ BANDEIRA, 2010), a existência de guerrilhas armadas em diferentes regiões da América Latina e do Caribe, assim como a ascensão de regimes autoritários (AMADEO, 2019), fez com que a violência política fosse um dos elementos caracterizadores do continente americano ao sul do Río Grande. Os processos de transição política se tornaram especialmente importantes para compreender as manifestações de violência na região.



O Instituto Internacional de Estocolmo de Estudos para a Paz (SIPRI, na sigla em inglês), referência nos estudos de conflitos ao redor do mundo, afirma que em 2020 o continente americano como um todo “apresentou um quadro complexo para a paz durante” o ano, “com conflitos que se aprofundaram em alguns países, mas com menos violência em outros, em parte como resultado dos *lockdowns* promovidos em razão da pandemia de COVID-19” (SIPRI, 2021, p. 4). Para o SIPRI, a Colômbia e o México “tiveram diversos conflitos paralelos não-internacionais nos seus territórios”, tendo na Jamaica o país com maior nível de homicídios da região (SIPRI, 2021, p. 4). Rettberg (2020), por sua vez, indica a ocorrência de conflitos armados na Colômbia, no Peru, na Guatemala e em El Salvador.

As altas taxas de homicídio da região têm sido relacionadas ao pertencimento de indivíduos a grupos criminosos, sobretudo os relacionados ao narcotráfico. Mudanças nas taxas de homicídio relacionadas a estes tipos de grupos, afirma o UNODC, podem ocorrer “por diversos motivos, como o aparecimento de um fluxo lucrativo de contrabando, que pode causar conflito entre grupos pré-existentes”, sendo esta uma tendência que “[p]ôde ser observada recentemente em partes do Brasil, de Honduras e do México, onde um aumento no fluxo de cocaína fez as taxas de homicídio dispararem em algumas localidades, enquanto outras áreas observaram taxas estáveis ou declinantes” (UNODC, 2019, p. 20). O efeito principal deste tipo de atuação é o fato de que “[a]s organizações criminosas que lideram estes negócios ilícitos constroem ordens sociais e aquilo que alguns autores têm chamado de ‘governança criminal’ (...), caracterizada por seus métodos violentos” de administração do território (RETTBERG, 2020, p. 4).

Ainda que os conflitos entre os cartéis de drogas sejam um elemento relevante a se pensar, estando presentes como questões relativas à violência em diferentes países da região. Outras atividades criminosas organizadas, porém, são relevantes para compreender-se a região, sendo que a pertença a estes grupos, e a possibilidade de ser alvo de violência em atividades de tráfico de mulheres, de animais, contrabando, de peças de arte, entre outros, pode ser um elemento relevante para estabelecer uma baixa mobilidade social na região. As gangues, na região, “constituem um cordão de transmissão-chave entre a violência urbana e as mortes de jovens” na região, afetando não apenas estes, mas toda a comunidade envolvida da qual fazem parte (RETTBERG,



2020). No Brasil, a expansão das milícias tornou-se, a partir de 2019, um tema eminentemente político-institucional e de natureza nacional (PAES MANSO, 2020).

No ano de 2020, registrou-se segundo o SIPRI uma alta taxa de “violência política contra ativistas de direitos humanos e de representantes de movimentos sociais em alguns países”, “incluindo o Brasil, a Colômbia, Honduras e o México” (SIPRI, 2021, p. 4). Também as mulheres são um grupo espacialmente atingido por este processo, já que, na região,

Ainda que morram violentamente menos mulheres que homens, o feminicídio é um fenômeno que recebe crescente atenção nos países da América Latina (...). Ademais, as mulheres são as vítimas mais recorrentes da violência sexual, perpetrada, em um terço dos casos, por seus parceiros íntimos (...). Por exemplo, em 2017, (...) 30% das mulheres peruanas reportaram terem sido vítimas de violência por parte de seus parceiros. O Peru é o país no qual esta cifra é a mais alta, junto com a Colômbia (...). A violência sexual se dirige também contra a população LGBTI (...). (RETTBERG, 2020, p. 5)

Todos estes elementos apresentam indicadores relevantes para compreender-se a violência como um fator importante da desigualdade na América Latina e no Caribe, para além das questões socioeconômicas mais ligadas à renda. A própria divisão da realidade da região no âmbito rural e no âmbito urbano aparece relativamente à violência, já que os conflitos armados na ALC tendem a desenvolver-se mais em contextos rurais, mas a maioria das mortes na região se produzem em contextos urbanos, marcados pelo crime organizado ao redor de economias lícitas e ilícitas (RETTBERG, 2020).

Apresentam-se, assim, algumas questões relevantes para entender a relação entre sociedade, desigualdade e violência na América Latina. Por um lado, há questões demográficas relevantes para se compreender, como os homicídios, o “peso” da realidade para diferentes gêneros, o fator da idade e efeitos geracionais da violência, assim como os impactos da violência para a mobilidade social. Por outro, é importante perceber que fenômenos violentos como o linchamento, ou seja, “realizar a justiça com as próprias mãos”, são muito relevantes como sintomas da credibilidade das instituições e dos pactos sociais na região. Mudanças econômicas, como o avanço de operações extrativistas e sua relação com o avanço da criminalidade organizada são relevantes para compreender a grande violência dos conflitos ambientais da região, que se dão geralmente em contextos rurais. E, por fim, é importante perceber a função política da violência contra ativistas de diferentes tipos de movimentos para entender a política da região em diferentes escalaridades possíveis (RETTBERG, 2020).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que consistiu basicamente em uma revisão a respeito dos efeitos das desigualdades e da violência na América Latina e no Caribe, foi possível verificar o peso que têm diferentes elementos para a realidade de uma região em transformação. Ainda diante dos efeitos do período do “Consenso das Commodities” na região e o atrelamento do crescimento econômico a atividades que produzem cada vez mais desigualdades, cabe refletir a respeito do papel que cumpre a violência como elemento de exclusão social entre as sociedades latino-americanas e caribenhas.

Diante deste cenário, abrem-se diversas possibilidades de pesquisa e análise. Defrontando-se com o problema central desta pesquisa, é possível afirmar que não apenas as altas taxas de violência constituem um elemento de “insegurança” na América Latina e no Caribe, mas também os diferentes indicadores socioeconômicos ajudam a trazer esta sensação. Espera-se, com este trabalho, ter contribuído para a melhoria da compreensão destes processos na América Latina e no Caribe, de forma a permitir abrir novas reflexões sobre a qualidade de vida e os desafios que se apresentam à região.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, J. (ED.). **Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- ANDERSON, T. ¿Por qué importa la desigualdad? Del economicismo a la integridad social. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Universidad Nacional Autónoma de México, Nueva Época. v. Año LX, n. núm. 223, p. 191–208, abr. 2015.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: Por uma teoria geral da política**. 1ª edição, 18ª reimpressão ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética da ciência**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- LLUNGO ORTÍZ, J. Desigualdades y políticas regionales en América Latina: Una visión actual. **Investigaciones Regionales - Journal of Regional Research**, v. 41, p. 11–51, 2018.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007**. 3.ed., rev.ampl. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PAES MANSO, B. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. 1ª ed. ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- PIERI, V. S. G. DE. **Dilemas da integração sul-americana: Entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência**. Tese de Doutorado (Geografia)—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociência, 2014.



PNUD, P. DAS N. U. PARA O D. **Atrapados: Alta desigualdad y bajo crecimiento en América Latina y Caribe.** [s.l.] PNUD, 2012.

RETTBERG, A. Violencia en América Latina hoy: Manifestaciones e impactos. **Revista de Estudios Sociales**, v. 73, p. 2–17, 1 jul. 2020.

SIPRI, I. I. DE E. PARA A P. DE E. **SIPRI Yearbook 2021: Armaments, Disarmament and International Security.** Estocolmo, Suécia: SIPRI, 2021.

UNODC, E. DAS N. U. SOBRE D. E C. **Global study on homicide: Homicide: patterns, trends and criminal justice response:** Global Study on Homicide. Vienna, Austria: UNODC, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021.

UNRISD, U. N. R. I. FOR S. D. **Overcoming inequalities in a fractured world: Between elite power and social mobilization.** 2018.